

**Entrevista com Maria Alice Rezende de Carvalho**

**Maria Alice Rezende Carvalho** é professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) no biênio 2009-2010. Em entrevista para a *Revista de Estudos Políticos*, Maria Alice comenta temas da sua agenda de pesquisa, como a relação das ciências sociais com a cidade, a especificidade da formação intelectual luso-brasileira e o desafio de incorporação da sociologia no Ensino Médio. Além disso, também propõe uma reflexão sobre a ANPOCS como espaço público.

**Cesar Kiraly e Cristina Buarque:** Como você percebe a relação entre a cidade e as Ciências Sociais?

**Maria Alice Rezende de Carvalho:** Penso que estamos diante de um dos temas que, por muitos motivos, considero de fronteira nas Ciências Sociais. O primeiro motivo é que o estudo das cidades permite a incorporação de teorias que, até então, a gente não imaginaria que pudessem servir às Ciências Sociais ou a análises contemporâneas. A discussão sobre direitos é uma delas. Sobretudo se pensada a partir da história dos direitos corporativos preservados na Ibéria moderna, e do seu impacto nas cidades coloniais brasileiras. Isso é o que faz Antônio Manuel Hespanha, cujos trabalhos poderiam iluminar a discussão sobre favelas no Rio de Janeiro hoje, em 2010. Então, o primeiro desafio é teórico e diz respeito ao que os vários conhecimentos disciplinares poderiam aportar à agenda de estudos sobre a questão urbana. Mas há também um deslocamento na própria noção de cidade, porque as grandes formações urbanas do mundo estão sob o cerco de um número cada vez maior de pessoas morando em condições degradantes na periferia da urbe. Isso não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial, não diz respeito apenas às grandes cidades pobres do planeta. Isso preocupa a todas as sociedades democráticas. As cidades-acampamento são outro tema importantíssimo para nossa reflexão. Há, hoje, cerca de quarenta milhões de refugiados que, por motivos políticos, guerras civis ou catástrofes climáticas moram em acampamentos. Imaginem isso nos próximos vinte, trinta anos. Quantos milhões de pessoas não estarão representando a cidade a partir de sua experiência em campos de refugiados? E o que significa viver naquelas condições de precariedade e de provisoriidade, muitas vezes sem qualquer *background* cultural comum? Penso, portanto, que estamos diante de um fenômeno quente, do ponto de vista existencial e teórico. A sociologia tem um conhecimento rotinizado sobre a cidade, mas talvez esteja na hora de caminharmos nessa fronteira mais avançada da discussão sobre a experiência urbana nesse começo de século.

**CK e CB:** Você considera que características próprias das cidades luso-brasileiras estimulam, de algum modo, a produção acadêmica referida a elas?

**MARC:** Sim, acredito que ainda não se explorou de maneira intensa essa articulação entre História e Sociologia no que se refere à questão urbana. Para voltar ao historiador do direito Antonio Manuel Hespanha, vejo em seus trabalhos um caminho interessante de reflexão sobre as cidades luso-brasileiras, porque, se não falseio seu argumento (afinal, não sou especialista em história colonial e minha aproximação com essa temática é muito recente), há, em Hespanha, o propósito de pensar o reatamento da tradição jurídica da Ibéria medieval na cultura política contemporânea. Então, penso que

ainda há muito o que pesquisar sobre as cidades ibéricas e as cidades coloniais lusas e hispânicas. No que concerne a esse tema, ficamos paralisados durante muito tempo e por um principal motivo. É que a questão do latifúndio escravista como base da formação social brasileira tornou a cidade um tema ética e teoricamente menos nobre. Para que a sociologia construísse um entendimento acerca da nossa formação social, a problemática urbana sofreu certo ocultamento. O texto mais importante sobre as cidades coloniais ibéricas, *O Ladrilhador e o Semeador*, de Sérgio Buarque de Holanda, aponta o desleixo português em relação à urbanização de suas possessões na América. Mas será o desleixo do português ou o descuido da reflexão social sobre o tema que incomoda o autor? Também a sociologia de Florestan Fernandes fixou tão fortemente a idéia de uma sociedade estancada pelo latifúndio e pela escravidão, que mesmo suas ressalvas quanto à natureza mercantil e moderna das cidades brasileiras não fez delas alvo de grande investimento intelectual. Exceto quando a industrialização redefiniu o perfil urbano das cidades da região sudeste, notadamente São Paulo. Mas aí, também, a afirmação do tema operário e do mundo do trabalho dificultou a reflexão sobre o mundo urbano no Brasil. Enfim, cidades plebéias, negras, muito mais diferenciadas e muito menos controladas do que São Paulo não foram imediatamente alvo da nossa sociologia urbana. Como se sabe, as primeiras aproximações acadêmicas com o tema urbano vieram da USP e não ajudaram a representar a variedade do fenômeno no país.

**CK e CB:** Ao observar a trajetória das Ciências Sociais no Brasil, percebemos uma tradição ensaística, com ares por vezes normativos, que parece migrar para um estilo mais metodológico e menos propositivo. Qual é a sua visão sobre as Ciências Sociais hoje?

**MARC:** Penso que ela ostenta uma diversidade enorme em termos temáticos, teóricos, metodológicos... e isso é bom. Começa a haver também enlances transversais, entre as Ciências Sociais e a Literatura, a Filosofia, o Direito... e isso a fertiliza. Porém, sempre há regiões da nossa atividade que não freqüentamos, ou que freqüentamos pouco. Uma delas é a reflexão sobre o que fazemos, sobre o nosso papel, como cientistas sociais, na sociedade brasileira. Será apenas o de reformá-la, corrigi-la, ou poderemos experimentar uma liberdade maior de criação, envolvendo-nos com temas menos imediatistas? Hespanha (novamente ele...), em um de seus textos, cita um trecho da letra de uma das canções de Chico Buarque em que o narrador diz que terá piedade de uma determinada mulher, que se emocionará com ela, ainda que esteja enfiando a faca em seu coração. O tema, ali, é o apiedar-se; a presença da piedade em todas as esferas da cultura luso-brasileira, inclusive, eu diria, em nossa “irrefletida” atividade intelectual. Somos marcados por esse sentimento e o arrastamos em nossas pesquisas sobre a vida social: etnia, pobreza, violência, tudo é vincado por ele. Como pouco incorporamos esse elemento à nossa reflexão, nossa imaginação se apequena e passamos a lidar com todos esses temas como se devessem ser meros objetos de políticas públicas. Penso que, com isso, o lugar das Ciências Sociais como fonte da crítica se esvaece. As Ciências Sociais deixam de informar o debate público e se tornam instrumentos da reforma. Mas, de que reforma? Para quem? A agenda igualitária estará sendo acompanhada pela defesa da autonomia, da liberdade, da crítica? Penso que o grande desafio é fazer com que o conhecimento especializado converse, de fato, com os atores sociais, mantendo, contudo, seu território, suas características formais. E que apresente alternativas variadas à decisão pública.

**CK e CB:** Você considera a ANPOCS um espaço público?

**MARC:** Considero sim, mas sob algumas condições. Em primeiro lugar, é preciso entender que a ANPOCS participa, como organização, de um tipo de associativismo específico, pouco voltado para a consecução de demandas sindicais ou assemelhadas. Em segundo lugar, ela pode ser considerada o lugar, por excelência, de elaboração de uma auto-reflexão coletiva, a exemplo de outras entidades, que, exatamente por perceberem sua importância no contexto intelectual do país, atuam como interlocutores do debate público-político. Isso não significa que tais agências não possam ter uma agenda, digamos, “corporativa”, na falta de melhor palavra. A ANPOCS, por exemplo, também atua junto às agências nacionais de fomento científico, buscando maiores recursos para a área das Humanidades. Mas não é esse o seu papel prioritário. Penso que o mais importante a fazer, nesse momento, é garantir a participação qualificada da ANPOCS na construção de uma esfera pública de ciência, que, me parece, está em andamento. Há muitas questões a serem discutidas com o conjunto da sociedade: que universidade queremos? O que se pretende com o crescimento desmedido do número de programas de pós-graduação em ciências sociais? Qual ciência importa para o Brasil? Como integrar ao sistema nacional de ensino e pesquisa as regiões até agora menos presentes? Como lidar com saberes tradicionais? Enfim, um conjunto enorme de indagações e o esforço para respondê-las poderiam ser parte da atividade permanente da ANPOCS e de outras associações semelhantes. Penso que a ANPOCS, nesses últimos anos, adotou uma dinâmica que acompanhou o crescimento da área, e isso foi muito importante. A ANPOCS democratizou-se e precisa, nesse momento, repensar estrategicamente a área das Ciências Sociais. Outras áreas do conhecimento possuem um claro diagnóstico sobre si e um programa para o futuro. Precisamos, os cientistas sociais, fazer o mesmo. Não podemos continuar ignorando que nosso espaço associativo tem como especificidade a auto-reflexão – precisamos pensar sobre o nosso trabalho, sobre as nossas agendas, sobre os nossos interesses, e a nossa comunicação com o mundo público, com a vida social. Penso que isso completaria a democratização da ANPOCS: inseri-la no debate público sobre ciência.

**CK e CB:** E agora, com a introdução da Sociologia no Ensino Médio, existe uma necessidade incontornável de lidar com isso...

**MARC:** Essa é uma pauta importante, evidentemente. A discussão é incontornável. Somos contrários à prática do proselitismo nas aulas de sociologia. Mas se os jovens professores das redes pública e privada estão mal formados, mal amparados intelectual e profissionalmente, na hora em que se virem em apuros, com alunos pouco estimulados, lançarão mão de um discurso ideológico qualquer. E isso não ajudará a que os jovens percebam que a Sociologia é algo estimulante, que pode contribuir para uma vida raciocinada, para o entendimento do que se passa com cada um deles, suas respectivas famílias, bairros, cidades. A Sociologia pode ensinar aos jovens que eles não estão sozinhos e outras tantas coisas interessantes; mas somente se conseguirmos fazer da educação e dos professores uma prioridade. Professores com reconhecimento público de sua relevância, tempo e recursos para estudar e alegria em ensinar – aí sim, a Sociologia será ministrada como gostosa aventura...